



O ano de 2015 começa quente!

Pág 03



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

157

JAN/FEV 2015

FILIADO À



E À **CONDSEF**

Reunião Ampliada dos SPFs define os passos da Campanha Salarial 2015

Pág 04



EDITORIAL | Pág 02
CONJUNTURA | Pág 03
CAMPANHA SALARIAL | Págs 04-05
GIRO NOS ÓRGÃOS | Págs 06-07
CONTRA AS OPRESSÕES | Pág 08

www.sindsef-sp.org.br



11 3106-6402



GESTÃO 2015/2016

Avançar no Trabalho de Base, Lutar não é crime!

O ano mal começou e os ataques já vieram, atingindo diretamente o conjunto dos trabalhadores e, em especial os servidores, que enfrentam um processo avançado de sucateamento dos serviços públicos e precarização das condições de trabalho.

Mas, assim como os ataques, as lutas também começam a surgir em vários cantos do país, como é o caso exemplar dos trabalhadores da Volks em São Bernardo do Campo, que impuseram uma forte derrota a patronal, que foi obrigada a recuar e reintegrar 800 trabalhadores demitidos, demonstrando que lutar sempre vale a pena!

Muitas outras lutas começam a ganhar força, seja contra a retirada de direitos, contra o aumento do transporte, pela solução da crise da água, etc. E todas elas, como sempre, tem sido duramente reprimidas ou criminalizadas pelas polícias e governos do Brasil a fora.

É neste clima que a nova gestão, que conduzirá o sindicato no próximo biênio, inicia seus trabalhos. A nova diretoria é fruto da continuidade de um projeto que procura buscar a renovação de seus membros a cada

mandato, sempre com ativistas comprometidos e que estiveram à frente das lutas que nos são impostas constantemente, sejam específicas de cada órgão, ou gerais, que afetam em cheio a classe trabalhadora de conjunto.

Reafirmamos que nosso sindicato deve ter autonomia e independência diante do governo e dos patrões, que deve defender, incentivar e exercitar cotidianamente a plena democracia. Queremos continuar e aprofundar nosso debate e nossa prática contra toda a forma de opressão, combater e denunciar o assédio moral que vem se alastrando, como uma política de gestão dos recursos humanos. Organizar a luta nos locais de trabalho e, também, dos nossos queridos aposentados e pensionistas, por paridade e por suas reivindicações específicas.

Temos o desafio de seguir avançando na construção de um sindicato pela base, promovendo a organização no local de trabalho e disputando a consciência de cada servidor de que é preciso lutar e de que é possível vencer. O sindicato é um forte instrumento para isto, mas a participação dos servidores é o fator chave para enfrentar o cenário que aí está.



Assembleia dos trabalhadores da Volks que aprovou a greve no início de 2015

Crédito: Edmilson Magalhães

Desconto Sindical a Maior

Caros associados,

Observamos que, no mês de janeiro, o governo lançou, para alguns servidores, desconto sindical acima dos 0,8% da remuneração (com teto em R\$ 95,00).

Solicitamos, por favor, que verifiquem os seus contracheques e, caso identifiquem alguma discrepância no desconto, entrem em contato com o Departamento Financeiro do Sindsef-SP, para que seja providenciado o devido reembolso.

Atenciosamente,
Diretoria do Sindsef-SP

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Álvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Colaborou para esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2014 NOVEMBRO | DEZEMBRO

SALDO INICIAL	R\$ 114.934,90	R\$ 88.111,57
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagamento empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 196.034,03	R\$ 386.221,37
DESPESAS		
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 18.597,31	R\$ 23.767,25
FUNCIONÁRIOS (Rescisões de contrato, FGTS, salários, seguro saúde, INSS, VR, VT, 13º salários etc.)	R\$ 90.512,10	R\$ 100.176,22
SINDICAL (Assembleias, palestras, seminários, atos etc.)	R\$ 30.214,17	R\$ 73.151,36
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática etc.)	R\$ 39.603,10	R\$ 66.732,87
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 10.240,00	R\$ 632,00
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 2.837,73	R\$ 7.859,34
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 26.087,62	R\$ 37.567,62
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 1.097,25	R\$ 3.897,62
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 3.668,08	R\$ 4.154,99
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 222.857,36	R\$ 317.939,27
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ -26.823,33	R\$ 68.282,10
SALDO FINAL	R\$ 88.111,57	R\$ 156.393,67

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**



0 ano de 2015 começa quente!

O segundo mandato da presidente Dilma Rousseff começa com uma série de medidas que se chocam diretamente com os interesses dos trabalhadores. No final de 2014, o governo baixou as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665 que são, na verdade, uma mini-reforma trabalhista e da previdência, atacando e reduzindo direitos como o seguro-desemprego, o auxílio-doença, a pensão por morte e o abono salarial do PIS-Pasep. O governo também cortou do orçamento recursos para as áreas sociais, aumentou os juros, reeditou ou elevou impostos e aumentou a defasagem da tabela do imposto de renda, trazendo mais perdas para os assalariados.

Ao mesmo tempo, segue pagando a dívida pública aos banqueiros e isentando imposto para os donos de empresas. O anúncio do novo ministério, com



Manifestação do Dia Nacional de Lutas por emprego e direitos em São Paulo

representantes do empresariado, do capital financeiro e do agronegócio, apenas deixa claro quais são os interesses que o governo pretende priorizar.

Há uma desaceleração geral da economia, pressões inflacionárias, ele-

vação dos índices de desemprego, aumento das tarifas públicas e um grande endividamento das famílias. A possibilidade que se desenha é de que a vida da população comece a ser afetada qualitativamente.

Já há uma polarização social em nosso país, com muitas lutas ocorrendo e com tendência a se acirram. Além disso, explodem mobilizações por causa do transporte público, ou pela falta de água, com racionamento em muitos locais, gerando grande insatisfação popular. Também deve estourar uma forte crise energética no país.

Já no dia 28 de janeiro ocorreram manifestações convocadas pelas centrais sindicais em diversas partes do país exigindo a revogação das medidas provisórias e em defesa dos direitos trabalhistas. Agora é preciso construir a mais ampla unidade para barrar essas medidas adotadas pelo governo, que prejudicam os trabalhadores. Os servidores públicos federais já aprovaram uma agenda de mobilização logo no início do ano. Vamos à luta!

Crise da água em São Paulo. Qual a saída?

Desde o ano passado, vários bairros da periferia de São Paulo já vinham sofrendo com a falta de água. Agora, o corte no abastecimento se ampliou por toda a cidade e a situação tende a se agravar, uma vez que o sistema Cantareira, responsável por 50% da água consumida na grande São Paulo, pode secar até junho. Se alternativas não forem encontradas, a cidade viverá uma situação de caos social bastante grave.

Essa não é a primeira vez que o governo tucano enfrenta uma crise hídrica. Em dezembro de 2003, quando Alckmin já era governador de São Paulo, os reservatórios do Sistema Cantareira, contavam com apenas 2% de sua capacidade. A situação só não foi pior porque choveu muito nos meses seguintes. Desde então, o governo não fez as obras necessárias para evitar uma nova crise.

Cerca de 40% da água tratada é desperdiçada no processo de distribuição, com vazamentos e proble-

mas de infraestrutura. Esses problemas poderiam ter sido resolvidos pela Sabesp, mas, a destinação de recursos para a manutenção do sistema, reduziria o lucro de seus acionistas.

Da mesma forma, e dentro da mesma lógica, a Sabesp não investiu na recuperação de rios como o Tietê e o Pinheiros, contaminados pela poluição. Também não há investimentos para a recuperação das águas das represas Biligns e Guarapiranga, que juntas poderiam resolver a crise de oferta d'água em São Paulo. Hoje, essas águas, poluídas como estão, não tem condições mínimas de serem consumidas.

Diante do descaso do governo, os movimentos sociais organizados estão chamando manifestações para exigir que medidas concretas e urgentes sejam tomadas, no sentido de evitar uma situação de verdadeira calamidade pública. O Sindsef-SP se soma a estes movimentos.

Manifestações contra o aumento das tarifas

Em todo o país, voltam a acontecer manifestações questionando o aumento das tarifas nos transportes públicos. Em São Paulo, no dia 05/01, o prefeito Haddad e o governador Alckmin decretaram mais um aumento. Deslocar-se pela cidade, algo pelo qual não deveríamos ter que pagar nada, passa a custar R\$ 3,50 - e pra quem pega metrô e ônibus, vai para R\$ 5,45. Nas linhas do EMTU, o aumento de 16% leva a tarifas estratosféricas. Esse aumento para R\$3,50 soa mais absurdo quando constatamos que uma Auditoria acaba de provar o que todo mundo já sabia: que os empresários



3º protesto contra o aumento das tarifas em 2015

do transporte lucram muito acima da média para o setor e desviaram milhões. Reduzir de fato seu lucro exorbitante e cobrar o dinheiro roubado seria suficiente para manter o preço da tarifa ou até mesmo reduzi-la. A prefeitura também prevê o fim da função do cobrador, então os atos também são em defesa do emprego dos camaradas. Diretores e ativistas do Sindsef-SP tem participado das manifestações contra o aumento da tarifa.



Ismael Souza, do Sindsef-SP, vivenciou a repressão



Reunião Ampliada dos SPFs define os passos da Campanha Salarial 2015

Mais de 350 representantes de diversas categorias do funcionalismo público federal se reuniram no final de semana de 31/01 e 01/02, em Brasília (DF) para definir os eixos da campanha unificada para 2015, a ser lançada no dia 25/02, e o calendário de mobilizações e lutas. O Sindsef-SP foi representado pelo secretário geral da entidade, Ismael da Silva Souza.

De acordo com Ismael, a reunião foi muito construtiva: “Saímos de lá com balanço positivo, tendo a certeza de que só com a unidade da classe trabalhadora poderemos lutar contra os ataques do governo”, afirmou.



Ismael Souza representou o Sindsef-SP na reunião

A reunião começou com análise de conjuntura. Representando a CSP-Conlutas, o presidente do ANDES-SN Paulo Rizzo, ressaltou que 2015 não será fácil, mas é importante destacar que já no início do ano, os trabalhadores e a juventude estão nas ruas respondendo às tentativas de retirada de direitos. “Está havendo resposta da classe trabalhadora. O ano de 2015 começou com ataque, mas também com respostas, com luta contra as demissões nas montadoras, contra o reajuste da tarifa do transporte público, e também o Dia Nacional de Lutas organizado pelas centrais, 28 de janeiro”, disse.

No período da tarde, os participantes da reunião ampliada formaram grupos de trabalho para aprofundar a discussão sobre as propostas de eixos para a campanha salarial unificada e a agenda de lutas. Um dos eixos principais consensuais envolve a luta por uma política salarial permanente, com correção das distorções e reposição de perdas inflacionárias.

O fórum dos federais irá buscar junto ao governo um índice linear de



Plenária da Reunião Ampliada dos Servidores Públicos Federais, em Brasília

reajuste de 27,3%. Este percentual foi definido após um estudo do DIEESE e outros setores, que procuram traçar as perdas salariais acumuladas desde 2010. Tem como ponto de partida o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de agosto de 2010 a julho de 2016 que gira em torno de 44%, já descontados os 15,8% escalonados em três anos (2013, 2014, 2015).

Segundo o secretário geral do Sindsef-SP, “Conseguir unificar a luta dos federais neste momento, não é uma

mera escolha e sim uma necessidade, não só do nosso setor, mas de todos os trabalhadores. É tempo de entendermos que temos um inimigo em comum, que são os governos federal, estaduais e municipais, e eles não nos darão tréguas. Devemos seguir reafirmando que essa crise não é nossa, e não nos cabe pagar a conta. Vamos seguir lutando e fazendo um chamado para aqueles que ainda insistem em defender o governo do PT que rompam e tomem lugar nesta luta!”, afirmou Ismael.

TRABALHADORES NÃO ACEITAM PAGAR A CONTA DA CRISE

No dia 30 de janeiro de 2015, em Brasília, aconteceu a primeira reunião do ano das entidades nacionais que compõem o fórum denominado “Espaço Unidade de Ação”.

O objetivo foi preparar as ações de resistência da classe trabalhadora para 2015, debater o cenário político e econômico, avançar em políticas concretas de organização e mobilização, organizando um campo de luta, de enfrentamento às políticas patronais e governamentais que ameaçam os trabalhadores.

A reunião contou com a participação de representantes de entidades sindicais, movimentos sociais e populares de 15 diferentes estados, a exemplo da CSP Conlutas, Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados de



Plenária da reunião do Espaço Unidade de Ação

São Paulo) e pelo MLS (Movimento de Luta Socialista), a reunião ganhou a adesão de importantes entidades, dentre elas a Conafer (Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais do Brasil), a FNP (Federação Nacional dos Petroleiros), a COBAP (Confederação Nacional de Aposentados e Pensionistas) e ainda do Jubileu Sul Brasil.

Os participantes criticaram os recentes ataques do governo Dilma aos direitos dos trabalhadores. A criminalização dos movimentos e dos lutadores também foi destaque nas falas, com a denúncia de perseguição e prisão de militantes em diversos estados.

Ao final do encontro, foram aprovadas por aclamação as diretrizes que nortearão uma declaração política da

reunião, com um chamado à unidade ampla para a luta, sob o eixo “os trabalhadores não aceitam pagar a conta da crise”.

Entre as iniciativas definidas estão a realização de reuniões nos estados, destacando os eixos gerais de luta, e também incorporando as pautas locais; a edição de um jornal nacional do Espaço de Unidade de Ação, para fomentar os debates na base, com conteúdo de agitação política e formação.

As entidades que compõem o Espaço de Unidade de Ação foram orientadas a apoiar com todas as forças as agendas de mobilização das lutas já em curso como a Campanha Unificada dos Servidores Públicos Federais, o movimento de luta no campo, as manifestações em defesa do transporte público, pela revogação do reajuste das tarifas e pelo passe livre.



Representantes das entidades que compõem o Fórum dos SPFs no Congresso Nacional

Crédito: Renata Maffioletti

Fórum de Entidades Nacionais dos SPFs entrega Carta aos Parlamentares no Congresso

Representantes das entidades que compõem o Fórum dos Servidores Públicos Federais foram ao Congresso Nacional no dia 02/02 para entregar uma carta aos parlamentares, reivindicando a retirada de pauta, do Senado e da Câmara, de projetos de lei e medidas provisórias que atacam os direitos dos trabalhadores e precarizam os serviços públicos. **Leia a carta:**

CARTA AOS PARLAMENTARES

As trabalhadoras e trabalhadores do Serviço Público Federal – SPF, representados por suas entidades nacionais, diante da conjuntura política que se desenvolve em meio à crise econômica mundial e os ajustes fiscais impostos pelo governo brasileiro, manifestam sua indignação com a retirada de direitos deste setor, reafirmando a disposição da mobilização e da luta para barrar essas medidas.

Ao saudar os deputados e deputadas da legislatura que ora se inicia, chamam sua atenção para a necessidade de priorizar e aprovar os projetos de interesse dos trabalhadores do serviço público federal. Neste sentido, apresentamos, a seguir, os projetos e medidas que são do nosso interesse para aprovação bem como aqueles que precisam ser retirados da pauta do congresso nacional.

Projetos de Lei que são de interesse dos trabalhadores do serviço público e precisam ser aprovados:

- *Política de valorização dos aposentados (tramita o PL 4434/2008, que recupera o valor das aposentadorias);
- *Jornada de trabalho (PEC 231/1995 e PL 4653/1994);
- *Fator previdenciário (3299/2008);
- *Igualdade de gênero no trabalho (PL 6653/2009 e PLS 136/2011, entre outros);
- *Trabalho escravo (PEC 57- A/1999);
- *Demissão imotivada (MSG 59/2008);
- *Regulamentação da Convenção 151 da OIT;
- *Extinção da contribuição de inativos (PEC 555/2006);
- *Assédio moral no serviço público (PLS 121/2009);
- *Estabilidade do dirigente sindical (PL 6706/2009).

Projetos/Medidas que são ameaças a classe trabalhadora e que precisam ser retirados de pauta:

- *Regulamentação da terceirização (PL 4330/2004);
- *Simples trabalhista (PL 951/2011);
- *Acordo extrajudicial de trabalho (PL 5101/2013);
- *Impedir o empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011);
- *Suspensão de contrato de trabalho (PLS 62/2013);
- *Prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4193/2012);
- *Trabalho intermitente (PL 3785/2012);
- *Código de Trabalho (PL 1463/2011);
- *Dispensa por insuficiência de desempenho (PLP 248/1998);
- *Limite de despesa com pessoal (PLP 1/2007);
- *Restringe despesa com pessoal (PLP 549/2009);
- *Fundações Estatais (PLP 92/2007);
- *Direito de Greve (PLS 327/2014);
- *Direito de Greve (4497/2001);
- *Seguro – Desemprego (MP 665/2014);
- *Pensão por Morte e Auxílio – doença (MP 664/2014);
- *PLS – Projeto de Lei do Senado, N 710 de 2011.

Certos de contarmos com o vosso apoio, assinam esse documento as entidades sindicais que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, que em unidade estão construindo um forte calendário de lutas nesse semestre, fruto da campanha salarial de 2015:

ANDES-SN, ASSIBGE-SN, ASFOC-SN, CSP CONLUTAS, CTB, CUT, CONDSEE, CNTSS, FASUBRA, FENASPS, FENAJUFE, FENAPRF, SINAL, SINAGÊNCIAS, SINASEFE, SINASEMPU, SINDIFISCO NACIONAL.

Confira os eixos de luta de 2015:

- Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias
- Índice linear de 27,3%
- Data-base 1º de maio
- Direito de negociação coletiva (convenção 151 OIT)
- Paridade salarial entre ativos e aposentados
- Retirada dos projetos do congresso nacional que atacam os direitos dos servidores
- Aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores
- Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes
- Anulação da Reforma da Previdência realizada através da compra de votos dos parlamentares
- Extinção do Fator Previdenciário
- Incorporação de todas as gratificações produtivistas
- Fim da terceirização, que retira direitos dos trabalhadores
- Concurso público pelo RJU
- Combate a toda forma de privatização
- Pela aprovação da PEC 555/06 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados
- Pela aprovação do PL 4434 que recompõe as perdas salariais
- Regulamentação da jornada de trabalho para o máximo de 30 horas para o serviço público, sem redução salarial
- PEC 170/2012 – aprovação da Aposentadoria Integral por Invalidez
- Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo as promoções e progressões na carreira
- Pela revogação do FUNPRESP e da EBSERH

Calendário:

25.02 – Ato de lançamento da campanha salarial 2015 no MPOG (Bloco K), com concentração às 9h/ Dia Nacional de luta com atos, assembleias e paralisações nos estados.

06/03 – Ato nacional no Rio de Janeiro e nos estados contra a privatização do SUS e a EBSERH.

Março – Jornada de Luta nos estados, com discussão sobre indicativo de greve.

07, 08 e 09 de abril – Jornada Nacional de Lutas, em Brasília com discussão sobre indicativo de greve dos SPFs.



FUNDACENTRO

JURÍDICO CONSEGUE REDUÇÃO DO AUMENTO DO PLANO DE SAÚDE

Decisão provisória estabelece o índice de reajuste em 9,65% para o contrato vigente

Os servidores da Fundacentro, que são usuários do plano de saúde da Unimed, conseguiram uma importante conquista no processo referente ao reajuste exorbitante imposto pela empresa.

O juiz suspendeu a aplicação do reajuste de 41,36%, no contrato celebrado emergencialmente, atendendo ao pedido de antecipação de tutela feita pelo jurídico do Sindsef-SP, como deliberado pelos trabalhadores.

Em 30/01/2015 foi publicada a decisão restringindo o reajuste do plano de saúde em 9,65% no contrato então vigente, até o final do processo. O índice pleiteado pela Unimed foi considerado abusivo e pode gerar uma saída em massa do plano. Além disso trará prejuízos severos ao orçamento familiar, inclusive, alimentar dos servidores.



Servidores da Fundacentro reunidos

A suspensão do reajuste beneficia somente os servidores que autorizaram o ingresso da ação e é uma decisão provisória, já que agora a Unimed deverá apresentar sua defesa. Reiteramos que aplica-se apenas ao contrato vigente na ocasião do ajuizamento da ação (contrato emergencial firmado em 2014). Os interessados podem acompanhar a movimentação do processo no site do Tribunal de Justiça de São Paulo (www.tjsp.jus.br), processo nº 1105945-62.2014.826.0100.

Crédito: Fabia Corrêa

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

PROTESTO NA AV. PAULISTA MARCA A COMEMORAÇÃO DO SETOR

Servidores públicos aposentados da base do Sindsef-SP, Sinsprev-SP, Sintrajud e Assibge realizaram um ato público, em 22/01, para protestar contra a retirada de direitos dos trabalhadores e exigir tratamento digno para aposentados e pensionistas.

Representantes da categoria protocolaram junto ao escritório regional da presidente Dilma Rousseff um ofício reiterando a solicitação de audiência para tratar das reivindicações dos aposentados.

A atividade foi parte da comemoração do Dia Nacional dos Aposentados, celebrado em 24 de janeiro. Os

ativistas se reuniram no vão livre do Masp e depois saíram em passeata até o escritório da presidência, situado na Av. Paulista. No percurso distribuíram uma carta à população denunciando as retiradas de direitos que estão nas MPs 664 e 665.

Durante a manifestação os aposentados destacaram que é preciso fortalecer a unidade entre ativos e aposentados para enfrentar os ataques já anunciados pela equipe de Dilma. Eles também resgataram a luta por paridade, pela definição de uma data base e pelo fim do fator previdenciário.



Militantes caminham na Av. Paulista em direção ao escritório da Presidente

Crédito: Manuel Messina

INCRA

PRÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA NÃO OFERECE INFRAESTRUTURA BÁSICA AOS SERVIDORES E USUÁRIOS

A falta de investimentos nos serviços públicos torna o funcionamento do setor cada vez mais precário. Governo após governo, os problemas se aprofundam. No Incra/SP, a situação das instalações do edifício da superintendência é grave e piora com o passar do tempo.

O prédio não tem acessibilidade para pessoas com necessidades especiais: Não há piso tátil para deficientes visuais, faltam rampas para cadeirantes e o acesso destes ao prédio é feito pela garagem, deixando-os expostos a riscos, pois são obrigados a dividir o espaço com carros.

Outro fator preocupante é a ausência de brigada de incêndio e de uma Comissão Interna de Pre-



Imagens do banheiro, elevador e piso em situação precária no Incra

venção de Acidentes (CIPA). “Não existe nenhum estudo que ateste a segurança do prédio contra incêndios”, comenta um servidor.

O forte calor que acomete São Paulo trouxe a tona mais uma demanda. Os ventiladores a disposição dos servidores são poucos e com defeitos. Os trabalhadores relatam que

há três anos foram instalados aparelhos de ar condicionado para algumas salas (dos chefes), enquanto os demais têm que se virar com os ventiladores. “As salas, nos dias de calor são quentes e abafadas”, contam.

A falta de infraestrutura também atinge o mobiliário. Os móveis são antigos e fora dos padrões ergomê-

tricos necessários para proporcionar conforto, segurança e eficiência no desempenho. “há muitas cadeiras quebradas e desconfortáveis, o que gera dificuldades para os servidores com limitações de movimento por conta de problemas de saúde”, continuam.

Além disso, os vestiários não atendem as necessidades dos trabalhadores, em particular dos terceirizados da limpeza, que “não tem um lugar adequado onde possam tomar banho e se trocar”, denunciam.

Há tempos a falta de estrutura do prédio do Incra/SP vem sendo denunciada, mas nenhuma iniciativa é adotada para solucionar o problema.



MTE

GRUPO DE TRABALHO DEFINE TAREFAS DO PRÓXIMO PERÍODO

O Grupo Permanente de Discussão sobre as Condições de Trabalho (GPCOT), instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, realizou três reuniões desde sua criação. No último encontro, ocorrido em 27/01, foi finalizado e aprovado o regimento interno do GPCOT e criado subgrupos para mapear os problemas existentes no MTE.

Os subgrupos debaterão os temas “Condições de Trabalho”, “Carreira” e “Sistema Público de Emprego”. A primeira reunião nestes moldes será sobre o subgrupo de condições de trabalho, que engloba a questões como a jornada de trabalho, infraestrutura dos locais de trabalho e assédio moral. Os representantes de São Paulo estão neste grupo. São eles André Willian, Secretário de Finanças do Sindsef-SP,

e Beth Lima, delegada de base, ambos servidores da STRE/SP.

Durante a última reunião, o Coordenador de Recursos Humanos do MTE, Luiz Eduardo Lemos da Conceição, declarou que o Ministro Manoel Dias não irá levar adiante o projeto do SUT da forma que foi apresentado. Segundo ele, “será formado um grupo de trabalho com as centrais sindicais para possíveis alterações no projeto, mas a proposta não será encaminhada ao congresso da forma que está hoje”.

Ao tomar conhecimento desta notícia, os servidores reivindicaram a participação do GPCOT nesse futuro grupo de trabalho que será formado, tendo em vista que não existe nenhuma representação dos servidores do MTE neste debate.

Outro ponto de pauta foi referente a opressão machista presen-

te no Informativo publicado em janeiro pela Comissão de Ética do MTE. O material abordou as vestimentas utilizadas no local de trabalho. No entanto, para ilustrar o assunto, utilizaram uma charge grosseira onde uma mulher usa vestido transparente e é ridicularizada por não entender a diferença entre transparência no serviço público e o uso da sua roupa.

O informativo foi severamente criticado pelos componentes do GPCOT. Mais a Comissão de Ética não reconheceu a opressão machista e alegou que “o autor da ilustração usou de sua liberdade artística para questionar a opção de vestimentas que alguns servidores fazem”. O Sindsef-SP repudia veementemente o tratamento machista dispensado às trabalhadoras.



Reunião dos servidores na Condsef, antes do GPCOT

MINISTÉRIO DA DEFESA

É PRECISO INTENSIFICAR AS LUTAS PELA INCLUSÃO NO PCCTM E EQUIPARAÇÃO DAS CARREIRAS COM A LEI 12.277

Os servidores civis dos órgãos militares, que estão enquadrados no PGPE, seguem na luta pela inclusão no PCCTM (Plano de Cargos da Tecnologia Militar) e também para equiparação das carreiras através da lei 12.277.

O processo aguarda conclusão desde 2012, quando o governo declarou que atenderia a reivindicação do setor, mas alegou falta de verba para implementar a mudança. No entanto, já estamos em 2015 e a situação continua na mesma.

Os servidores do setor realizaram no final do ano passado uma plenária nacional do DOMC (Departamento de Pessoal Civil dos Órgãos Militares) onde debateram as demandas para 2015 e avaliaram que é preciso intensificar as lutas

para conseguir algum avanço. A atividade contou com a participação de representantes do Sindsef-SP.

Mas mudanças na equipe de governo sinalizam que a novela irá se estender por mais um tempo. Agora quem está à frente do Ministério da Defesa é Jaques Wagner e será preciso sensibilizá-lo para apoiar as reivindicações do setor.

Diante do atual cenário político, com o governo distribuindo pacotes de maldades contra os trabalhadores, aumentando as tarifas de serviços essenciais para a população e atendendo somente aos interesses de banqueiros e grandes empresários, a única alternativa para o conjunto do funcionalismo é ampliar e fortalecer a luta por seus direitos.

IPEN

É HORA DE RETOMAR AS MOBILIZAÇÕES CONTRA A RETIRADA DE GEPR E POR MAIS VERBA DO GOVERNO PARA O PLANO MÉDICO

O Ministério do Planejamento pretende cortar a Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos (GEPR). O MPOG abriu Processos Administrativos questionando o pagamento da Gratificação aos servidores que não trabalham diretamente com estes produtos.

O Sindsef-SP e a Assipen já acionaram o corpo jurídico para acompanhar esta situação. As entidades defendem que a gratificação seja regulamentada conforme a lei de 2009 e que não seja restritiva, já que os servidores recebem esta gratificação há muitos anos.

Plano médico - A situação crítica do plano médico volta a gerar preocupação. Após as mudanças na forma de custeio e um novo reajuste, iniciativas feitas na tentativa de recuperar o plano, fica cada vez mais evidente que é preciso organizar uma forte mobilização para pressionar o governo a aumentar sua contribuição. Este é único caminho para enfrentar o sucateamento e evitar o fim do plano médico.



Servidores do Ipen votando em assembleia



Campanha de Combate ao Assédio Moral no Serviço Público

Preocupados com as condições de trabalho dos servidores nos órgãos, sobretudo após termos recebido, ao longo do último período, inúmeros relatos de casos que podem vir a configurar assédio moral, o Sindsef-SP em caráter preventivo, retoma a campanha de combate à esta prática tão nefasta para a saúde dos trabalhadores.

No serviço público, o assediador pode receber punições disciplinares, de acordo com o RJU (Regime Jurídico Único) dos servidores públicos da União, autarquias e fundações públicas federais. O assediador pode ser enquadrado no regulamento próprio porque afronta o dever de moralidade, podendo seu comportamento constituir-se em incontinência de conduta. Em sendo o agressor servidor, a responsabilidade pelos danos é do Estado e, comprovado o fato e o dano, cabe a ele indenizar a vítima, podendo, entretanto, processar o assediador.

O que é assédio moral?

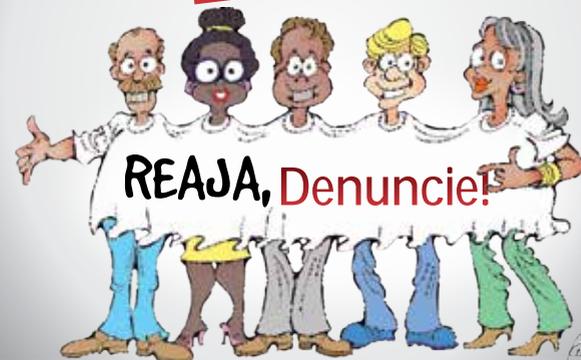
Conforme definição da pesquisadora francesa Marie-France Hirigoyen, por assédio moral entende-se “toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo, por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos, que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho”.



HUMILHAR | RIDICULARIZAR | MENOSPREZAR | INFERIORIZAR | OFENDER | PERSEGUIR

Assédio moral

NÃO!



Está sendo assediado?

Anote tudo que o que acontece, faça um registro diário e detalhado do cotidiano no trabalho, procure coletar bilhetes, e-mails, documentos que mostrem o repasse de tarefas impossíveis de serem cumpridas ou inúteis, documentos que provem a perda de vantagens etc. Procure conversar com o agressor sempre na presença de testemunhas, como um colega de confiança ou um integrante do sindicato. Enfim, cabe à vítima reagir e juntar provas do que está acontecendo. Ao mesmo tempo, é necessário procurar o sindicato, que pode contribuir através da busca da solução do conflito e da prevenção de novas situações dessa espécie.

SINDSEF-SP

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo
Rua Álvares Penteado, 97 - 8º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 / 5085-1157 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br

Conheça algumas formas de manifestação desta violência:

- Recusa na comunicação direta entre o assediador e o assediado, quando aquele aceita se comunicar com este apenas por e-mail ou bilhetes;
- Segregação física no ambiente de trabalho, ou seja, casos em que o mesmo é colocado em local isolado, com dificuldade de se comunicar com os demais colegas;
- Retirada de funções gratificadas ou cargos em comissão, subtraindo vantagens ou postos que a vítima já tinha conquistado;
- Não repasse de atividade, deixando o trabalhador ocioso, sem quaisquer tarefas a cumprir, o que provoca uma sensação de inutilidade e incompetência e o coloca em uma

situação humilhante frente aos demais colegas;

- Fragilização, ridicularização, inferiorização, humilhação pública, podendo os comentários invadirem, inclusive, o espaço profissional;
- Estabelecimento de vigilância especificamente sobre o assediado;
- Comentários de mau gosto quando o trabalhador falta ao serviço para ir ao médico;
- Proibição de tomar cafezinho ou redução do horário das refeições;
- Divulgação de boatos sobre a moral da vítima (com os homens, em grande parte das vezes o assédio se manifesta através de piadas ou comentários sobre sua virilidade);

- As condutas de assédio têm como alvo frequente as mulheres e os doentes ou que sofreram acidentes do trabalho, que são discriminados e segregados.



Não tenha medo!

Para começar, anote tudo que o que acontece, faça um registro diário e detalhado do cotidiano no trabalho, procure coletar bilhetes, e-mails, documentos que mostrem o repasse de tarefas impossíveis de serem cumpridas ou inúteis, documentos que provem a perda de vantagens etc. Procure conversar com o agressor sempre na presença de testemunhas, como um colega de confiança ou um integrante do sindicato. Enfim, cabe à vítima reagir e juntar provas do que está acontecendo. Ao mesmo tempo, é necessário procurar o sindicato, que pode contribuir através da busca da solução do conflito e da prevenção de novas situações dessa espécie.

REAJA E DENUNCIE!